

Ao estabelecer-se o *Memorando de Entendimento para a Paz em Angola*, entre as Forças Armadas Angolanas e as Forças Armadas da UNITA os Angolanos em geral respiraram de alívio. Um novo dia se abriu no seu horizonte! Entre as inquietações humanitárias, as preocupações sociais, o relançamento da economia, a reconstrução das infra-estruturas, nomeadamente rodoviárias, a procura da liberdade e a ansiedade da sociedade civil de participar na gestão da coisa pública, o país parecia ganhar novas cores e «as esperanças idosas» dos Angolanos reganham vigor. A paz militar estava conseguida e desta vez, contrariamente às demais, todos acreditavam que era definitiva. A questão passava a ser a paz civil!

A definição dos instrumentos políticos da realização e consolidação da paz

O Governo angolano, no seu comunicado sobre a paz, pediu responsabilidade e contenção a todos. Fazendo, deste modo, todos responsáveis pelo sucesso ou fracasso do processo de pacificação e reconciliação. No entanto, não pode haver responsabilidade partilhada se não há participação nas escolhas, se o todo nacional não se sentir parte integrante de um projecto partilhado. Mas o sentido de responsabilidade que se pretende não pode ser entendido como respeito da unicidade ditada de cima, como ausência de liberdade de crítica. Toda a crítica merecedora deste nome é, por si só, um acto de responsabilidade.

Criou-se a ideia de que havia necessidade de dar um período de graça aos militares para resolverem sem grandes interferências as questões da paz militar. A UNITA seguiu o diapasão e procurou um tom reconciliador e tolerante para o seu discurso, apresentando-se numa postura de perfeita colaboração com o Governo. Nada mais positivo do que isto. O ritmo de acantonamento surpreendeu todas as previsões mais optimistas, o que demonstra que, havendo vontade política, não há dificuldades que não sejam transponíveis!

Mas, passado este primeiro momento, caladas as armas, o país precisa de um quadro político que mobilize todos os cidadãos para chegar rapidamente

ao desenvolvimento, garantido por um forte crescimento económico. A nação precisa de um plano estratégico perceptível a todos os cidadãos, pelo menos nas suas grandes linhas; um plano estratégico que, tendo como substrato o contrato social democrático, responda às grandes questões do desenvolvimento de Angola e às aspirações sociais dos Angolanos, dando a estes a ideia do que se pretende para a Angola no futuro. Esta linha estratégica serviria então de baliza para todo o esforço disperso de reforma e reconstrução, criando sinergias nacionais em todos os sentidos na acção de todas as forças vivas do país. E maior ainda é a necessidade imediata de um tal plano, porque é perceptível a inquietude acentuada dos Angolanos em procurar caminhos para reerguer o país dos escombros. Discute-se, algumas vezes entre paredes e em círculos reduzidos, a democratização do poder local, a reforma administrativa, a reforma do ensino, a Lei das Terras, a (re)industrialização, o reordenamento e o ambiente, a planificação da exploração mineira, o relançamento do sistema de saúde, etc., enquanto se vão produzindo leis avulsas sobre tudo e sobre nada, em função dos interesses circunstanciais da *nomenklatura*, e se ocupa o espaço em função do ânimo e dos apetites das elites dirigentes. Há inegavelmente uma verve reformista e reconstrutora que se dispersa e serve, na maior parte das vezes, tão-somente para «legitimar» a apropriação ilegítima da riqueza social por esta camada.

Por isto, a paz social passa também pelo fim do ciclo da acumulação primitiva que é claramente uma forma de violência. A paz social implica também a democratização do espaço nacional, no plano da economia. A paz civil implica um reforço do Estado, esta forma de organização política historicamente determinada que se caracteriza por dois processos: a secularização e a diferenciação do poder político. Em Angola, também é necessário que estes dois processos se verifiquem de forma absoluta para se passar efectivamente da guerra (a que Rousseau chamou estado de natureza) à paz (que este clássico da filosofia política designava por estado civil), é necessário que se aceite um processo de secularização que torne o poder do Estado completamente separado de uma ideologia de partido dominante e um processo de diferenciação que permita uma clara

separação entre o cofre do Príncipe e o Tesouro nacional, uma separação entre a esfera do político e do económico, deixando, deste modo, de ser possível a transferência de capitais de uma esfera para outra e, sobretudo, a apropriação privada do domínio público por força do cargo político que se ocupa. A paz civil implica, pois, uma radical mudança nos modos de produção (e reprodução) do político, o que torna indispensável a reintegração do poder autocrático na ordem constitucional vigente, a conclusão imediata do ciclo da acumulação primitiva de capital, o abandono do neomercantilismo como forma de produção da riqueza, a responsabilidade política, moral e ética dos governantes diante dos governados e a respectiva prestação de contas.

A paz civil necessita de um quadro político de transição claro que não confunda o Estado com o poder do Príncipe e possa fazer com que a luta política não dê lugar à sua pretorização e que as diferenças internas do regime actual, até então contidas pelo pacto de regime estabelecido em face do «inimigo comum», não se agravem, dando lugar à remilitarização da política nacional pela reinvenção de um «novo» inimigo. E a gestão destas «contradições» implica, por um lado, a mudança de registo, passando do pacto de regime militarista ao contrato social democrático, e, por outro, não procurar aproveitar a paz militar e a legitimidade estatal para impor pactos leoninos de redistribuição clientelista. Pressupõe também saber gerir o movimento social crescente de maneira a canalizar as contradições que vão necessariamente irromper em direcção da sua resolução pacífica, no quadro de uma cidadania activa e da satisfação das suas reivindicações fundamentais, mesmo que em termos prospectivos, em vez de a canalizar para a produção e instrumentalização da desordem, da política dos bodes expiatórios, isto é, da pretorização da política pela introversão autoritária, arrogante e repressiva do regime.

O papel da comunidade internacional

Passar da paz militar à paz civil implica da parte das Nações Unidas e da comunidade internacional uma postura equidistante em relação a todos os actores sociais angolanos que estimule os factores de paz, venham eles de

onde vierem, e denuncie e faça barreira a toda a atitude tendente à criação da desordem (entendida esta como a subversão da ordem constitucional vigente que é hoje bloqueada não mais pela guerra mas pelo autoritarismo, que se nega a aceitar o normal funcionamento das instituições do «Estado democrático de direito» definido pela Constituição, nomeadamente o primeiro-ministro, o Tribunal Constitucional e o Conselho Nacional Eleitoral). A comunidade internacional deve perceber que a paz militar é sobretudo um movimento de cima, das estruturas dirigentes das forças militares de ambas as partes, enquanto a paz civil é um movimento de baixo que procura na expressão da liberdade e igualdade a realização social de cada militar, daqueles que neles se reviam, e de toda a sociedade. A paz militar consoma-se pelo cumprimento do calendário de acantonamento e de desarmamento, isto é, pelo cumprimento da agenda militar estabelecida pelos acordos para as duas partes. Por seu lado, a paz civil não se pode realizar sem uma cultura da paz que toque e «contamine» a sociedade angolana de baixo para cima. Logo, passar da paz militar à paz civil implica mudança de perspectiva: é preciso deixar de pensar Angola em função da guerra e passar a raciocinar em vista do desenvolvimento. É preciso mudar de registo também em relação aos actores intervenientes neste processo. A paz militar faz-se com aqueles que fizeram a guerra, desde que num quadro determinado, o que foi feito com o *Memorando de Entendimento para a Paz em Angola*, enquanto a paz civil precisa de uma participação inclusiva de todos aqueles que foram envolvidos e afectados pela guerra. Pois se a guerra foi uma explosão do absurdo, a paz tem de ser uma erupção de criatividade, de imaginação, de responsabilidade e, sobretudo, de solidariedade de todas as forças vivas da nação e de todos os Angolanos. Por isto, a paz, para ser digna deste nome, tem de passar da militar (restrita) à paz civil (alargada).

E inclusão não é só sinónimo de cooptação mas de diálogo democrático, de participação e de cidadania.

Por isto, apesar da paz em Angola ter sido sempre tratada como sendo a «paz dos bravos», a paz que decorre da virtude das armas e que dá aos seus protagonistas a «legitimidade» exclusiva sobre os destinos da nação,

para ser digna deste nome ela terá que passar da paz militar (restrita) à paz civil (alargada), o que implica a renúncia de governar em ditadura. O grande e actual desafio de Angola é o actual Governo desistir de se constituir em Ditadura, deixando de decretar reformas que atropelam as liberdades públicas, reintegrando a ordem constitucional e pondo fim ao golpe de Estado permanente em que alicerça o seu poder, nomeadamente desistindo da ideia de transformar a Constituição em simples Lei de autorização, o que viria a consagrar legalmente o sistema autocrático de facto que rege actualmente o país, pela concentração de todos os poderes num só indivíduo que assim se coloca acima da própria Lei. A transição social é o ponto chave da reconciliação nacional; é preciso reinserir na vida social e no mercado de trabalho todos aqueles que apenas conhecem o ofício das armas. Esta necessidade depende da capacidade de empreendimento e inovação dos angolanos que somente estarão disponíveis para investir os seus cabedais e os seus talentos no desenvolvimento do país em condições de liberdade. Por isto, a transição social depende da transição política (democrática) e esta não é possível se não houver uma convergência dos interesses nacionais e dos interesses do partido no poder, aceitando este a ideia de que os interesses nacionais são a matriz de todos os interesses e nunca o contrário.